

[Handwritten signature]



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA GUARDA



1-07-2020

Relatório da Mesa Administrativa 2019

Índice

1. Órgãos Estatutários	2
2. Introdução	4
3. Enquadramento macroeconómico, externo, interno e do setor da Instituição	5
3.1. Análise da atividade económica	5
4. Análise da Atividade da Instituição	8
4.1. Rendimentos e Gastos	8
4.2. Resultados Por Valência.....	11
4.3. Ativo, passivo e situação líquida	16
4.4. Participações Financeiras.....	17
4.5. Atividades de Investigação e desenvolvimento	17
4.6. Principais riscos e incertezas.....	17
4.7. Questões ambientais	17
4.8. Questões relativas a trabalhadores	18
4.9. Existência de Sucursais	18
4.10. Situação perante a Segurança Social e Estado.....	18
4.11. Gestão de Riscos Financeiros	18
4.12. Negócios entre a Santa Casa da Misericórdia da Guarda e os seus Órgãos Sociais.....	18
4.13. Rácios	18
5. Factos Relevantes ocorridos após o final do exercício	19
6. Evolução Futura.....	20
7. Aplicação de Resultados	20



Santa Casa da Misericórdia da Guarda

1. Órgãos Estatutários

Em 31 de Dezembro de 2019

MESA da ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: João Inácio Monteiro (Irmão n.º 564)

1.º Secretário: Joaquim Belo Rafael (Irmão n.º 23)

2.º Secretário: António Manuel Soares Bellegarde Machado (Irmão n.º 705)

Vogal Suplente: Rita Maria Leitão da Cunha Vilar (Irmã n.º 870)

Vogal Suplente: Manuel Alberto Pereira de Matos (Irmão n.º 589)

Vogal Suplente: Alina Castanheira Marques Borges Soeiro (Irmã n.º 848)

MESA ADMINISTRATIVA

Provedor: Jorge Manuel Monteiro da Fonseca (Irmão n.º 396)

Vice-Provedor: Vítor Manuel Monteiro Cunha Lavajo (Irmão n.º 655)

Secretário: Álvaro José Trindade Pereira Guerreiro (Irmão n.º 663)

Tesoureiro: Amílcar de Jesus Amaral (Irmão n.º 671)

Vogal: Henrique José Batista Pissarra Monteiro (Irmão n.º 378)

Vogal: Marisa Santiago dos Santos (Irmã n.º 722)

Vogal: João Bernardo Rebelo Marques (Irmão n.º 941)

Vogal Suplente: Paulo Alexandre Ribeiro Alves (Irmão n.º 819)

Vogal Suplente: Maria João Reis Neves Carvalho (Irmã n.º 830)

Vogal Suplente: Maria Helena Pilão Ferreira (Irmã n.º 773)



Santa Casa da Misericórdia da Guarda

CONSELHO FISCAL

Presidente: Orlando Manuel Jorge Gonçalves (Irmão n.º 815)

Vice Presidente: António Alexandre Martins da Costa (Irmão n.º 546)

Secretário: António Júlio Gonçalves dos Santos (Irmão n.º 814)

Suplente: José Carlos Travassos Relva (Irmão n.º 668)

Suplente: Ana Cristina Gomes Vieira (Irmã n.º 936)

Suplente: Ricardo Manuel de Oliveira Leitão Malcatanho (Irmão n.º 698)



Santa Casa da Misericórdia da Guarda

2. Introdução

Nos termos do Compromisso da Santa Casa da Misericórdia da Guarda, apresentamos as contas e correspondente relatório do ano de 2019.

Na observância dos objetivos definidos no Compromisso e na sequência de anos anteriores, procurámos corresponder às necessidades das pessoas que vivem no meio onde nos inserimos e promover, em simultâneo, a melhoria da organização interna e a modernização técnica do seu funcionamento, evoluindo na promoção da eficiência e eficácia das ações desenvolvidas com o intuito de melhorar a qualidade de vida da população, não descurando a indispensável economia de meios.

Visando assegurar a melhor resposta aos mais desfavorecidos, na invalidez, na velhice, na juventude e na infância continuámos o esforço de renovação e conservação das diversas respostas sociais.

No contexto atual de dificuldades económicas e sociais, que exige uma constante adaptação à mudança, destaco a colaboração dos trabalhadores que todos os dias ajudam a Santa Casa a executar da melhor forma todas as suas respostas sociais, bem como a colaboração de todos os Irmãos que contribuem de forma prestimosa para o cumprimento do nosso Compromisso.

O Vice-Provedor

(Vítor Manuel Monteiro Cunha Lavajo)



3. Enquadramento macroeconómico, externo, interno e do setor da Instituição

3.1. Análise da atividade económica

3.1.1. A Economia Mundial e Europeia

Em 2019, após um ligeiro abrandamento em termos homólogos no primeiro semestre (para 2%, após 2,2% no segundo semestre de 2018), a taxa de crescimento do PIB deverá manter-se relativamente estável na segunda metade deste ano. A projeção incorpora a estimativa rápida do INE para o crescimento do PIB no terceiro trimestre de 2019, que aponta para uma estabilização do crescimento em termos homólogos em 1,9% e uma desaceleração em termos de variação em cadeia para 0,3% (0,6% nos dois trimestres anteriores). A atual projeção tem subjacente uma estabilização do crescimento do PIB em termos homólogos no quarto trimestre face ao terceiro, com a manutenção de um perfil de abrandamento da FBCF a ser compensado por um maior crescimento das exportações.

O crescimento da atividade no horizonte de projeção será sustentado no dinamismo da procura interna e, em menor grau, das exportações. O crescimento robusto do consumo privado e o dinamismo do investimento, com destaque para a FBCF empresarial, traduzem-se num contributo da procura interna para o crescimento do PIB de 1,5 pontos percentuais (pp) em 2019, após 1,7 pp em 2018. Este contributo deverá reduzir-se ao longo do horizonte, para 1,1 pp em 2022, o que determina o perfil de desaceleração projetado para o PIB. O contributo líquido das exportações para o crescimento do PIB deverá manter-se relativamente estável no período 2019-22, em torno de 0,5 pp, o que traduz uma redução face à média dos anos anteriores (1,0 pp no período 2014-18).

Ao longo do horizonte de projeção, a estrutura do PIB (nominal e líquido de conteúdos importados) mantém as tendências do período pós-crise. Não obstante um crescimento inferior ao observado no passado recente, as exportações continuam a aumentar a sua importância no conjunto da economia. Em termos líquidos, o consumo privado e o consumo público assumem um menor peso no PIB, parcialmente compensado por alguma recuperação do peso da FBCF, embora para níveis ainda inferiores aos do período pré-crise.



3.1.2. A Economia Portuguesa

	% do PIB 2018	BE dezembro 2019					BE outubro 2019	BE Junho 2019		
		2018	2019 ^(a)	2020 ^(a)	2021 ^(a)	2022 ^(a)	2019 ^(a)	2019 ^(a)	2020 ^(a)	2021 ^(a)
Produto interno bruto	100	2,4	2,0	1,7	1,6	1,6	2,0	1,7	1,6	1,6
Consumo privado	64,8	3,1	2,3	2,1	1,9	1,7	2,3	2,5	2,0	1,7
Consumo público	17,0	0,9	0,5	0,8	0,8	0,8	0,5	0,5	0,5	0,5
Formação bruta de capital fixo	17,6	5,8	7,3	5,4	4,8	4,3	7,2	8,7	5,8	5,5
Procura interna	99,9	3,3	3,1	2,6	2,2	2,0	2,9	3,5	2,3	2,2
Exportações	43,5	3,8	2,8	2,6	2,8	3,0	2,3	4,5	3,1	3,4
Importações	43,4	5,8	5,4	4,6	4,2	3,9	4,6	8,0	4,3	4,4
Contributo para o crescimento do PIB, líquido de importações (em pp) ^(a)										
Procura Interna		1,7	1,5	1,3	1,2	1,1	1,6	1,3	1,1	1,0
Exportações		0,8	0,4	0,4	0,5	0,5	0,4	0,4	0,5	0,5
Emprego ^(b)		2,3	1,0	0,8	0,4	0,1	0,9	1,3	0,8	0,4
Taxa de desemprego		7,0	6,3	5,9	5,6	5,6	6,4	6,3	5,7	5,3
Balança corrente e de capital (% PIB)		1,4	0,4	0,7	0,9	0,0	0,5	0,1	0,2	0,2
Balança de bens e serviços (% PIB)		0,8	-0,6	-1,2	-1,7	-2,1	-0,7	-0,5	-0,7	-1,1
Índice harmonizado de preços no consumidor		1,2	0,3	0,9	1,2	1,4	0,4	0,9	1,2	1,3

Fontes: Banco de Portugal e INE. | Notas: (p) – projetado, pp – pontos percentuais. Para cada agregado apresenta-se a projeção correspondente ao valor mais provável condicional ao conjunto de hipóteses consideradas. (a) Os agregados da procura em termos líquidos de importações são obtidos deduzindo uma estimativa das importações necessárias associadas a cada componente. O cálculo dos conteúdos importados foi feito com base em informação relativa ao ano de 2015. Para mais informações, ver a Caixa “Atualização dos conteúdos importados da procura global para a economia portuguesa” do *Boletim Económico* de março de 2019. (b) Emprego total em número de indivíduos de acordo com o conceito de Contas Nacionais.

No que diz respeito às projeções para 2020, o FMI aponta para uma aceleração da atividade económica a nível global, tendo subjacente, contudo, uma revisão em baixa face à projeção de abril. Adicionalmente, esta aceleração não é transversal a todas as principais economias avançadas e de mercado emergentes. Em particular, as expectativas para os EUA, para a China e para o Japão são de um abrandamento no crescimento do PIB. No caso de Portugal, o FMI prevê que a trajetória de desaceleração da atividade económica se mantenha, contrastando com a moderada aceleração projetada para a área do euro. Refira-se ainda que as projeções para a atividade económica mundial, para a área do euro e para Portugal em 2020 apresentadas pela CE no *European Economic Forecast* de novembro de 2019 estão em linha com as descritas anteriormente, tendo sido, a nível



mundial e da área do euro, também sujeitas a uma revisão em baixa face às publicações anteriores.

A atividade económica em Portugal encontra-se sujeita a riscos predominantemente descendentes, essencialmente de natureza externa. Uma deterioração do enquadramento externo mais adversa do que o atualmente estimado poderá resultar de um abrandamento nos principais mercados de exportação, designadamente devido à intensificação das tendências protecionistas ou de um agravamento das tensões geopolíticas, para além de estar sujeita aos efeitos do processo de saída do Reino Unido da UE. A materialização destes riscos poderá levar a uma nova revisão em baixa das projeções.

No futuro próximo, o emprego deverá continuar a crescer, mas a um ritmo progressivamente menor. A taxa de crescimento anual projetada reduz-se de 1,0% em 2019 para uma variação marginal em 2022 (0,1%). O crescimento do emprego reflete principalmente a absorção de trabalhadores vindos do desemprego e, em menor grau, o ligeiro aumento projetado para a população ativa, não obstante a continuação da tendência ligeiramente descendente da população total.

Os fatores que têm contribuído para a recente evolução positiva da população ativa deverão persistir no horizonte de médio prazo, nomeadamente o aumento da taxa de participação feminina, o aumento da idade média de reforma e o saldo positivo dos fluxos migratórios. O crescimento mais moderado do emprego ao longo do período deve ser enquadrado num contexto de limitações à oferta de trabalho associadas à fase de maturação do ciclo económico e de condições demográficas adversas no médio prazo (com redução e envelhecimento progressivo da população).

De acordo com as projeções do Banco de Portugal, a taxa de desemprego continuará a diminuir, ainda que a um ritmo inferior ao observado nos últimos anos, situando-se em 5,6% no final de 2022. Para além da taxa de desemprego, que em 2019 deverá apresentar um valor que é o mais baixo desde 2003 e inferior ao seu nível tendencial, outros indicadores sugerem que o grau de subutilização do fator trabalho tem vindo



progressivamente a diminuir nos últimos anos. Em particular, assinala-se a redução desde 2014 do número dos designados desencorajados (subgrupo dos inativos que não procuram ativamente emprego, mas que se encontram disponíveis para trabalhar) e do número de trabalhadores que trabalham em part-time, mas estariam dispostos a trabalhar a tempo inteiro. Estes indicadores sugerem uma margem cada vez menor para o aumento do emprego por incorporação de desempregados ou pela transição de indivíduos da inatividade para o emprego.

No entanto, com a Pandemia COVID-19 todas estas projeções terão necessidade de ser refeitas, sendo a esta data uma total incógnita, pois não se sabe o impacto da pandemia na economia nacional, Europeia e Mundial. As incertezas são muitas e, no cenário atual, como referiu o Sr, Ministro das Finanças Mário Centeno, o impacto nas finanças públicas será como se de uma guerra se tratasse, situação que reporta o inverso das projeções acima descritas. Contudo, a serenidade e adequada ponderação serão o melhor a adotar nas situações de imprevisibilidade que se colocarão nos próximos dias.

3.1.3. Impacto do COVID 19 na SCMG

Até à presente data, a pandemia de Covid-19 custou à Santa Casa da Misericórdia da Guarda mais de (16 000,00 Euros), não sendo, neste momento, possível prever o impacto económico futuro desta pandemia para o ano de 2020 e anos vindouros.

4. Análise da Atividade da Instituição

4.1. Rendimentos e Gastos

A Santa Casa continua a apresentar uma estrutura financeira e económica sólida. Verifica-se que o ativo corrente (2 082 964,53 Euros) é amplamente superior ao passivo efetivo (1 158 692,927 Euros) situação que revela uma ampla capacidade de honrar os compromissos de curto prazo.



Santa Casa da Misericórdia da Guarda

O resultado líquido, no período de 2019 foi positivo em 78 329,50 Euros, melhorando o resultado obtido no período de 2018 que foi positivo em 67 762,42 Euros. Os resultados obtidos resultam dos grandes esforços de racionalização de gastos, como é exemplo a diminuição do Custo das mercadorias vendida e das matérias consumidas que no ano de 2019 foram de 983 092,33 Euros, tendo decido 22 501,98 Euros em relação a 2018, bem como do aumento de rendimentos, essencialmente, da rubrica Subsídio, doações e legados à exploração que aumentaram 27 780,49 Euros face a 2018.

Os gastos do ano de 2019 ascendem a 4 259 235,29 Euros (contra 4 201 922,03 Euros verificados em 31-12-2018), facto que significa um aumento de 57 313,26 Euros.

As rubricas de maior significado correspondem aos "Gastos com o Pessoal" (57,10% do total dos gastos), cujo valor ascende a 2 431 988,54 Euros (mais 7 097,86 Euros que em 2018, representando um aumento de 0,29%), o "custo das existências vendidas e consumidas" no valor de 983 092,33 Euros (23,08% do total dos gastos) e que representa uma diminuição de 22 501,98 Euros face ao verificado em 2018. A outra componente significativa dos gastos é representada pelos "Fornecimentos e serviços externos" no valor de 606 856,47 Euros (14,25% do total dos gastos) e que, face a 2018, apresentam uma diminuição de 4 012,49 Euros, resultando uma diminuição de 0,66%, em termos relativos.

No "Custo das existências consumidas" encontram-se incluídos 555 778,40 Euros que correspondem ao custo das vendas da farmácia (contra 576 374,09 Euros verificados em 2018), sendo que as vendas da farmácia totalizam, em 2019, 705 267,80 Euros, contra 727 052,81 Euros verificados em 2018, verificando-se uma diminuição de 3,00%.

Ao nível dos rendimentos e ganhos são de destacar as receitas obtidas associadas ao débito aos utentes das mensalidades e comparticipações obtidas de organismos oficiais no âmbito dos acordos existentes e que somam 3 457 850,99 Euros (contra 3.396.535,38 Euros verificados em 2018), representando um aumento de 1,81%.

Os rendimentos obtidos associados a arrendamentos atingem o montante de 94 450,29 Euros em 2019, quando no ano de 2018 foram de 90 951,95 Euros, verificando-se assim um aumento de 3 498,34 Euros (mais 3,85%).



Santa Casa da Misericórdia da Guarda

No que se refere à obtenção de juros, em 2019 foi obtido o montante de 1 055,92 Euros quando no ano de 2018, foram obtidos 2 591,13 Euros.

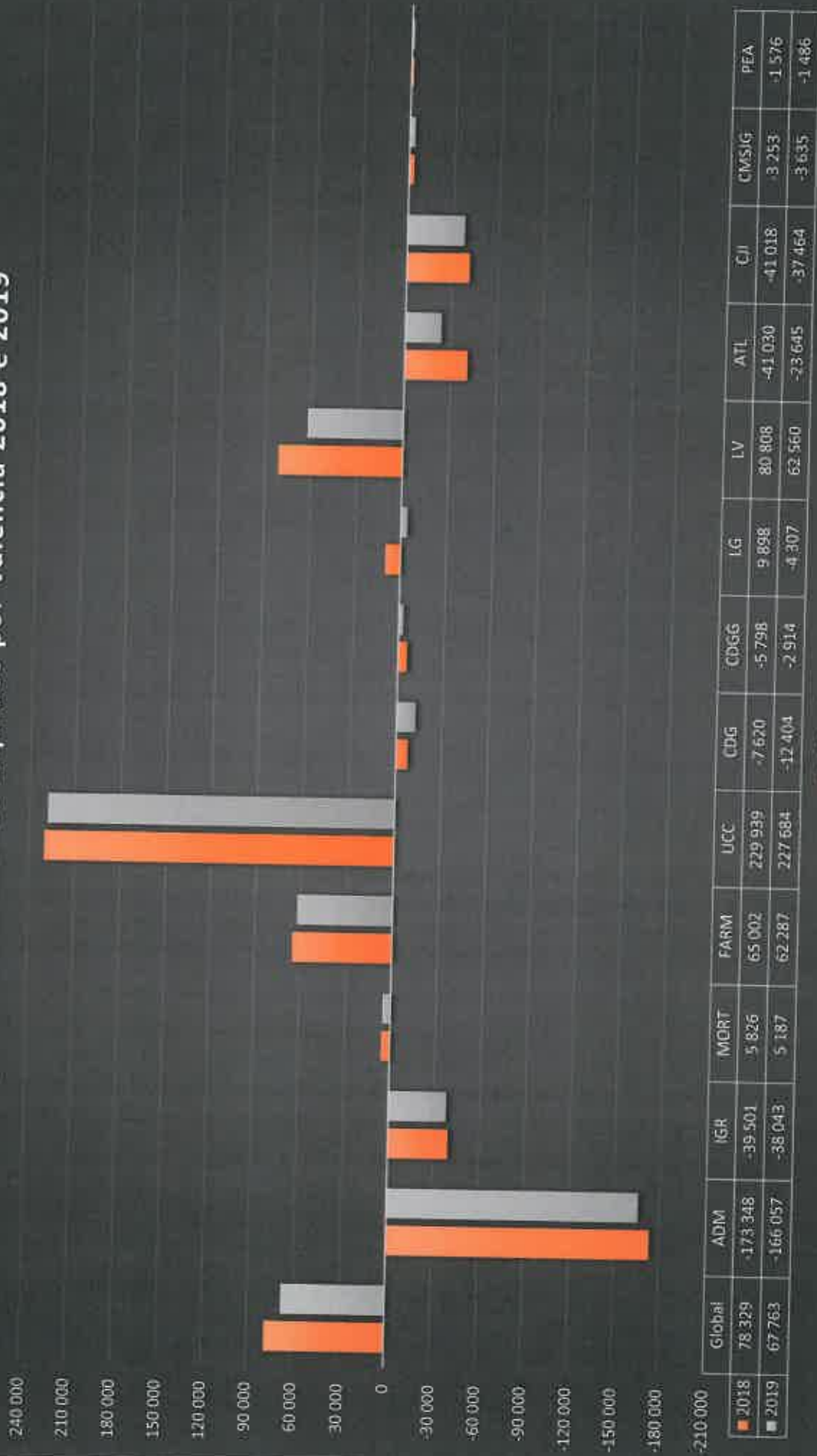


4.2. Resultados Por Valência

CONTAS	GLOBAL	ADM	IGR	MORT	FARM	UCC	CDG	GDGG	LG	LV	ATL	C-JI	CMSJG	PEA
Vendas e serviços prestados	2 029 650	9 414	0	6 034	705 288	96 751	20 969	11 798	510 878	436 075	35 148	76 631	120 839	846
Subsídios, doações e legados à exploração	2 133 468					1 129 034	19 681	16 967	86 630	350 465	24 751	125 082	363 520	8 430
Variação nos inventários da produção	0					0								
Trabalhos para a própria entidade	0					0								
Custos das mercadorias vendidas e das matérias cons	-983 092				-555 428	-180 631	-8 873	-6 329	-92 442	-123 564	-11 014	-20 108	-434	-4 269
Fornecimentos e serviços externos	-606 856	-54 907	-21 671	-766	-7 808	-183 656	-8 103	-7 338	-84 067	-129 705	-23 067	-42 225	-32 890	-663
Gastos com o pessoal	-2 431 989	-148 132	-31 659		-87 359	-601 623	-30 356	-20 694	-391 005	-433 806	-64 543	-174 002	-442 913	-5 894
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	0													
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-5 734	18				-4 632		-30	-390	-1 612	-250	268	912	-17
Provisões (aumentos/reduções)	-10 969					-10 969								
Provisões específicas (aumentos/reduções)	0													
Outras imparidades (perdas/reversões)	0													
Aumentos/reduções de justo valor	53					39				4				
Outros rendimentos e ganhos	170 734	102 019	19 958	558	22 296	8 007	2 343	2 157	1 065	1 560	113	2 329	8 331	0
Outros gastos e perdas	-92 206	-66 402	0		-11 075	-5 824	-218	-25	-1 839	-1 204	-444	-850	-14 226	
Resultado antes de depreciações, gastos de finan	203 070	-147 990	-33 372	5 826	65 894	266 506	-4 550	-3 495	27 629	96 211	-38 308	-33 869	3 143	-1 557
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-128 392	-29 012	-8 128	0	-882	-36 567	-3 071	-2 303	-17 731	-17 404	-1 724	-7 149	-6 392	-19
Resultado operacional (antes de gastos de financi	74 678	-177 002	-39 501	5 826	65 002	229 939	-7 620	-5 798	9 898	80 808	-41 030	-41 018	-3 249	-1 576
Juros e rendimentos similares obtidos	3 668	3 668		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Juros e gastos similares suportados	-8	-4		0	0	0	0	0	0	0	0	0	-4	0
Resultados antes de impostos	78 329	-173 348	-39 501	5 826	65 002	229 939	-7 620	-5 798	9 898	80 808	-41 030	-41 018	-3 253	-1 576
Imposto sobre o rendimento do período	0	0			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Resultado líquido do período	78 329	-173 348	-39 501	5 826	65 002	229 939	-7 620	-5 798	9 898	80 808	-41 030	-41 018	-3 253	-1 576



Evolução dos Resultados Líquidos por Valência 2018 e 2019



■ 2018 ■ 2019

[Handwritten signature]



4.2.1. Administração

A administração é uma valência que presta serviços de apoio às outras todas, tem, essencialmente, como proveitos, as rendas de edifícios e terrenos, os Juros dos depósitos a prazo e as quotizações dos irmãos. Como custos são de destacar os gastos com o pessoal dos serviços administrativos e os fornecimentos e serviços externos inerentes aos mesmos. O resultado desta valência é de 173 347,63 Euros negativos no ano de 2019, podendo verificar-se que esse resultado negativo representa um aumento de 7 290,3 euros relativamente ao ano de 2018, representando em termos percentuais um aumento de 4,39%.

4.2.2. Igreja

A Igreja tem como receita as esmolas e como principais despesas os gastos com o pessoal e com o aquecimento da Igreja. O resultado de 2019 nesta valência é deficitário em 39 500,56 Euros, em linha com o resultado do ano de 2018, que era de 38 042,81 euros negativos.

4.2.3. Mortuária

A Mortuária tem como principal receita a utilização da Mortuária e como principais custos a água e a eletricidade e apresenta um resultado positivo em 2019 de 5 825,74 Euros, representando um aumento de 12,32%.

4.2.4. Farmácia

As vendas da Farmácia em 2019 ascenderam a 705 094,80 Euros, verificando-se uma diminuição de 3,00% relativamente a 2018 e os descontos de pronto pagamento obtidos foram de 22 295,97 Euros. Os Custos das Mercadorias vendidas foram de 555 427,99 euros e os custos com o pessoal foram de 87 359,02 Euros, representando um aumento de 1 305,49 Euros em relação a 2018. O lucro da Farmácia em 2019 foi de 65 001,89 euros, tendo aumentado 4,36% relativamente a 2018.

4.2.5. Unidade de Cuidados Continuados

As prestações de serviços em 2019 perfizeram o valor de 96 751,05 Euros, contrastando com o valor de 2018 que foi de 95 288,97 euros, tendo tido um aumento de 1,53%, os subsídios à exploração somaram o valor 1 129 033,55 Euros, representando um aumento de 28 326,18 Euros comparando



Santa Casa da Misericórdia da Guarda

com 2018. Quanto aos custos são de destacar os gastos com o pessoal no valor de 601 623,36 Euros, diminuindo, em relação a 2018, em 1,42%, os custos das mercadorias vendidas com 160 630,73 Euros e os fornecimentos e serviços externos com 183 656,01 Euros são os principais gastos. O Resultado positivo em 2019, desta valência, foi de 229 938,99 Euros, sendo que em 2018 esse resultado era de 227 683,98 Euros, verificando-se um aumento do resultado em 0.99%.

4.2.6. Centro Dia da Guarda

Com uma média de 20 utentes em 2019, face a 13, em 2018, o Centro Dia da Guarda obteve um prejuízo de 7 620,32 Euros em 2019, diminuindo o prejuízo em 38,56% relativamente a 2018.

4.2.7. Centro Dia da Guarda Gare

Com uma média de 12 utentes em 2019, face a 16 utentes no ano de 2018, o Centro Dia da Guarda-Gare, em 2019, teve um resultado negativo de 5 797,95 Euros, representando uma diminuição dos resultados de 99,00% relativamente a 2018.

4.2.8. Lar na Guarda

A média de utentes foi de 63. Quanto às vendas e prestações de serviços do Lar na Guarda, em 2019, foram de 510 878,32 Euros que significaram uma diminuição de 0,22% em relação a 2018. Os subsídios à exploração aumentaram 2,55%, face ao ano de 2018 e perfizeram o valor de 95 529,62 Euros. Quanto aos custos são de destacar os gastos com o pessoal com 391 005,06 Euros que significaram uma diminuição de 2,51% em relação a 2018, com 401 057,94 Euros, os fornecimentos e serviços externos com 94 067,47 Euros, aumentaram 5,80% e os custos das mercadorias vendidas, no ano de 2019 foram de 92 441,99 Euros diminuindo em 9,48%. O Lar na Guarda, no ano de 2019, teve um resultado positivo de 9 898,50 Euros, sendo de realçar o aumento, relativamente a 2018, de 329,80%.

4.2.9. Lar na Vela

Com uma média anual de 99 utentes, as vendas e prestações de serviço do Lar na Vela em 2019 perfizeram 436 074,59 Euros, ou seja, mais 15 480,69 Euros do que no ano de 2018, representando um crescimento de 3,68%. Os subsídios à exploração aumentaram 9 256,48 Euros face ao ano de 2018 e atingiram os 350 464,69 euros em 2019. No que diz respeito aos custos, são de destacar os



Santa Casa da Misericórdia da Guarda

Gastos com o Pessoal no valor de 433 805,98 Euros que representa um aumento 2,70% em relação a 2018 que totalizou o valor de 422 403,76 Euros, os Fornecimentos e Serviços Externos no valor de 129 705,36 Euros tiveram uma diminuição de 0,02% e os custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas em 2019 totalizaram o valor de 123 564,04 Euros, representando uma diminuição de 4,09%. Em 2019 o Lar na Vela teve resultado líquido de 80 807,50 Euros representando um aumento de 29,17% em relação a 2018.

4.2.10. Programa de Emergência Alimentar

Neste Programa, em 2019, é de destacar, do lado dos proveitos, o subsídio da Segurança Social no valor de 8 430,00 Euros que representa uma diminuição de 7,92%. No ano de 2019 o resultado líquido negativo foi de 1 575,91 Euros. A média de utentes nesta valência foi de 11.

4.2.11. Creche e Jardim de Infância

Com uma média de 61 utentes em 2019, face a 51 utentes em 2018, a Creche e Jardim de Infância apresenta, em 2019 um saldo negativo de 41 017,85 Euros, tendo aumentado, no sentido negativo, em 9,48% relativamente a 2018. Esse resultado deve-se essencialmente ao aumento do número de utentes, por um lado, porque o apoio por parte da Segurança Social é insuficiente e desproporcional face ao número de utentes e continua a ser o grande garrote desta valência, a Segurança Social apoia apenas 37 dos 61 utentes. Obviamente que o aumento de utentes, por outro lado, obrigou a uma reorganização do quadro de pessoal, levando à contratação de uma educadora de infância sob a forma de estágio profissional. Os gastos com o pessoal, que foram de 174 002,28 Euros em 2019, aumentaram em 9 366,09 Euros, em relação a 2018, sendo esse aumento, em termos percentual, de 5,69%. Em 2019 as vendas e prestações de serviço e os subsídios à exploração cresceram 28,87% e 2,16% respetivamente, em relação ao ano de 2018,

4.2.12. Centro de Atividades e Tempos Livres

O Centro de Atividades e Tempos Livres apresenta, em 2019, um prejuízo de 41 029,74 Euros, representando uma diminuição dos resultados de 73,52%, em relação a 2018, que foi negativo de 23 645,08 Euros. Este aumento do resultado líquido negativo justifica-se pela diminuição do número médio de utentes, 26 em 2019, face a 30 em 2018, o que justifica a diminuição do valor das rubricas vendas e prestações de serviços e subsídios e legados à exploração em 6 947,22 Euros.



4.2.13. Conservatório de Música de São José da Guarda

O Conservatório, no ano de 2019, viu o seu resultado líquido negativo diminuir em 10,51%, passando dos 3 635,12 Euros negativos, verificados em 2018, para os 3 253,16 Euros, também negativos, em 2019. Esta diminuição dos resultados negativos, em grande parte, justifica-se pela redução dos Gastos com o Pessoal em 4 446,50 Euros, face ao ano de 2018, e na reversão da rubrica fornecimentos e serviços externos que recuperou, em 2019 face a 2018, 6 673,24 Euros.

4.2.14. Análise Global

Fazendo uma análise global às contas da Santa Casa da Misericórdia da Guarda, pode-se concluir que a melhoria dos resultados líquidos verificados em 2019, com o valor positivo de 78 329,50 Euros, em comparação aos resultados positivos de 2018, no valor de 67 762,42 Euros, se deve em grande parte à melhoria dos resultados do Lares na Vela e na Guarda (mais respetivamente, 18 247,56 Euros e 14 205,91 Euros, em relação a 2018. A contribuir negativamente para os resultados de 2019 face a 2018, temos o Centro de Atividades de Tempos Livres com um aumento do resultado negativo em 17 384,66 Euros.

4.3. Ativo, passivo e situação líquida

A Rubrica créditos a receber, que representa a dívida de clientes e utentes, apresenta em 2019 o valor de 57 418,66 Euros e representa uma diminuição de 105 981,13 Euros, em termos absolutos, e 64,86%, em termos relativos, face ao verificado em 2018.

A Rubrica "Outros ativos correntes" apresenta um saldo de 650 264,12 Euros, mais 89 034,45 Euros face a 2018, apresentando um aumento de 15,86%.

Quanto aos meios financeiros líquidos, em 2019, os mesmos eram de 1 247 053,75 Euros e aumentaram 14 766,24 Euros, em relação a 2018.

No que diz respeito ao Ativo não corrente este está registado por um valor de 3 841 581,61 Euros, tendo diminuído em 155 053,72 Euros comparando com 2018, apresentando uma diminuição relativa de 3,88%.



Santa Casa da Misericórdia da Guarda

Ao nível do passivo corrente este passou de 1 137 272,85 Euros, em 2018, para 1 146 732,97 Euros em 2019, essencialmente devido ao aumento da rubrica Financiamentos obtidos, por via da utilização da conta dupla.

O Total dos fundos patrimoniais passou de 4 977 144,15 Euros em 2018, para 4 765 853,87 Euros em 2019.

4.4. Participações Financeiras

A Santa Casa da Misericórdia detém, registadas ao custo histórico, as seguintes participações:

- 13 000,00 Euros, na empresa Flexiparadigma, cujo objeto de negócio é a fisioterapia;
- 49 878,00 Euros no Banco Português de Gestão;
- 124 699,47 Euros na TVI, SA;
- 500,00 Euros na Cooprofar Farmácia - Cooperativa dos Proprietários de Farmácia;
- 200,00 Euros na Farminveste 2 SGPS, Unipessoal, Lda.

4.5. Atividades de investigação e desenvolvimento

A Santa Casa da Misericórdia da Guarda não tem vindo a efetuar atividades relacionadas com investigação e desenvolvimento.

4.6. Principais riscos e incertezas

A atividade da Santa Casa da Misericórdia da Guarda está diretamente dependente das políticas do Estado no âmbito dos Ministérios da Segurança Social, da Educação e da Saúde tanto sob a perspetiva económica como financeira. Não existem financiamentos contratados.

4.7. Questões ambientais

A Santa Casa da Misericórdia da Guarda cumpre a legislação aplicável ao seu sector, designadamente no que respeita ao cumprimento de normas ambientais. No que diz respeito ao



Santa Casa da Misericórdia da Guarda

serviço de tratamento de resíduos sólidos hospitalares perigosos, o mesmo é assegurado pela empresa SUCH – Serviço de Utilização Comum dos Hospitais.

4.8. Questões relativas a trabalhadores

Os Recursos Humanos da Santa Casa da Misericórdia da Guarda encontram-se afetos à Instituição em cumprimento da convenção coletiva de trabalho aplicável ao seu sector e em obediência às normas gerais previstas pelo Código do Trabalho. A política salarial é definida pela Exma. Mesa Administrativa tendo por base o cumprimento do normativo legal e o desempenho verificado.

4.9. Existência de Sucursais

A Santa Casa da Misericórdia Guarda não dispõe de qualquer sucursal ou filial.

4.10. Situação perante a Segurança Social e Estado

A Santa Casa da Misericórdia da Guarda não apresenta qualquer dívida perante o Estado Português, designadamente no que se refere à Segurança Social e à Autoridade Tributária, apresentando a situação contributiva devidamente regularizada.

4.11. Gestão de Riscos Financeiros

A existência de riscos financeiros será sempre uma situação importante em qualquer entidade. Contudo, considerando que financeiramente a Santa Casa da Misericórdia da Guarda não depende de terceiros e que as entidades clientes apresentam situação financeira estável, não se perspetivam alterações significativas neste âmbito. A entidade dispõe de condições financeiras adequadas para cumprir os seus compromissos de curto e de médio e longo prazo.

4.12. Negócios entre a Santa Casa da Misericórdia da Guarda e os seus Órgãos Sociais

Não se verificaram negócios entre a Instituição Particular de Solidariedade Social e os seus Órgãos Sociais.

4.13. Rácios

Autonomia Financeira = Fundos Patrimoniais/Ativo = 0,80



Santa Casa da Misericórdia da Guarda

O ativo da Santa Casa da Misericórdia da Guarda encontra-se a ser financiado por capitais próprios da Instituição em 80%, o que revela uma boa autonomia financeira por parte da mesma.

Solvabilidade Geral = Fundos Patrimoniais/Passivo= 4,37

A Instituição tem uma ótima solvabilidade, ou seja, capacidade de solver as suas obrigações, passando dos 4,37 em 2018 para 4,11 no ano de 2019.

Prazo Médio de Recebimentos = 10 dias

O prazo médio de recebimento das Vendas e Prestações de Serviço da Misericórdia é de 10 dias

Prazo Médio de Pagamentos = 71 dias

O prazo médio de pagamentos foi, no ano de 2019 de 71 dias.

5. Factos Relevante ocorridos após o final do exercício

Não existem factos ocorridos após o termo do exercício que impliquem referência adicional ou justifiquem informação/alteração das Demonstrações Financeiras.



Santa Casa da Misericórdia da Guarda

6. Evolução Futura



No próximo exercício pretende-se continuar com o esforço de modernização e renovação das diversas respostas sociais de modo a oferecer as melhores condições a todos os utentes da Instituição e utilização dos recursos internos.

De acordo com as regras de boa gestão que sempre são seguidas, permanecerá o esforço de contenção de custos e aposta na otimização dos recursos já existentes, procurando obter sinergias entre as valências da Instituição.

Contudo, no atual contexto económico, embora nos debatamos com escassez de recursos, considerando igualmente os cortes que têm sido efetuados no setor social pelo Estado em função das suas políticas restritivas e transversais a todos os setores da sociedade, tudo faremos para manter as respostas sociais e outras da Instituição nos atuais padrões, assim como nos mantermos como uma Instituição de referência do distrito.

7. Aplicação de Resultados

Considerando que a Santa Casa da Misericórdia da Guarda encerrou as contas relativas a 2019 com Resultados Líquidos positivos, no montante de 78 329,50 Euros (sessenta e oito mil trezentos e vinte e nove euros e cinquenta cêntimos), propõe-se que o referido Resultado Líquido seja integrado na conta "Resultados Transitados".

A Mesa Administrativa


António José de Jesus
Luís Santiago dos Santos

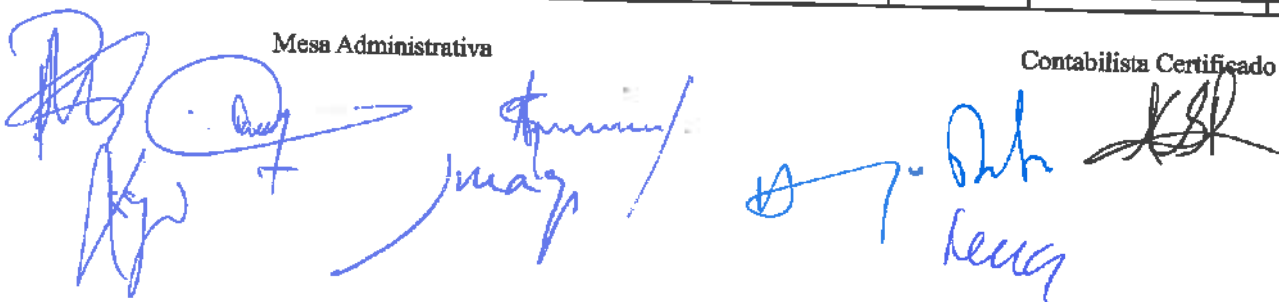
Santa Casa da Misericórdia da Guarda
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Contribuinte: 500876550
Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2018	31 DEZ 2017
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		3 909 739,64	3 943 300,97
Bens do património histórico e artístico e cultural		1 208,21	1 208,21
Ativos intangíveis		13 498,31	13 710,00
Investimentos financeiros		72 189,17	77 337,28
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
		3 996 635,33	4 035 556,46
Activo corrente			
Inventários		94 059,82	109 034,56
Créditos a receber		163 399,79	125 049,09
Estado e outros entes públicos		41 571,30	32 023,03
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		22 261,82	25 064,93
Diferimentos		3 971,76	12 518,61
Outros ativos correntes		561 229,67	581 674,06
Caixa e depósitos bancários		1 232 287,51	1 051 372,60
		2 118 781,67	1 936 736,88
Total do ativo		6 115 417,00	5 972 293,34
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		5 290 114,00	5 290 114,00
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		-926 194,97	-936 111,61
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		545 462,70	375 416,07
		4 909 381,73	4 729 418,46
Resultado líquido do período		67 762,42	31 332,39
Total dos fundos patrimoniais		4 977 144,15	4 760 750,85
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		1 000,00	6 152,96
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		1 000,00	6 152,96
Passivo corrente			
Fornecedores		207 895,70	174 337,03
Estado e outros entes públicos		114 610,51	119 061,34
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		439,31	2 987,38
Diferimentos		249 884,74	272 382,96
Outros passivos correntes		564 442,59	636 620,82
		1 137 272,85	1 205 389,53
Total do passivo		1 138 272,85	1 211 542,49
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		6 115 417,00	5 972 293,34

Mesa Administrativa

Contabilista Certificado



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2019	2018
Vendas e Serviços prestados	3, 11	2.029.650,14	2.013.991,69
Subsídios, doações e legados à exploração	3, 13, 16.1	2.133.468,65	2.105.688,16
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	3, 10	-983.092,33	-1.005.594,31
Fornecimentos e serviços externos	3, 16.14	-606.856,47	-610.868,96
Gastos com o Pessoal	3, 14	-2.431.988,54	-2.424.890,68
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	3, 16.3	-5.733,59	332,35
Provisões (aumentos/reduções)	3, 12	-10.959,30	5.152,96
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	-9.636,51
Aumentos/reduções de justo valor	3	53,39	0,00
Outros rendimentos	3, 16.15	170.734,34	141.928,16
Outros gastos	3, 16.1, 16.2	-92.205,50	-24.306,97
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		203.070,79	191.795,89
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	3, 6, 7	-128.392,02	-126.310,15
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		74.678,77	65.485,74
Juros e rendimentos similares obtidos	3, 16.17	3.658,27	2.591,13
Juros e gastos similares suportados	3, 16.17	-7,54	-314,45
Resultados antes de impostos		78.329,50	67.762,42
Imposto estimado para o período	3	0,00	0,00
Resultado líquido do período		78.329,50	67.762,42

Mesa Administrativa

Contabilista Certificado

Santa Casa da Misericórdia da Guarda
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de Clientes e Utentes	3, 16	4 324 051,89	3 188 843,50
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores	3, 16	-1 690 994,54	-1 654 692,03
Pagamentos ao pessoal	3, 14, 16	-2 516 045,51	-2 415 905,85
Caixa gerada pelas operações		117 011,84	-881 754,38
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	3	25,35	0,00
Outros recebimentos/pagamentos	3, 16	99 579,96	969 353,32
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		216 617,15	87 598,94
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	3, 6, 7	-329 312,88	-92 157,82
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros	3, 16	-4 053,23	-4 262,40
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		1 207,78	1 356,15
Outros ativos		35 100,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares	16	1 588,47	3 169,29
Dívidos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-295 469,86	-91 894,78
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		93 618,95	0,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações	13	0,00	185 525,20
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		0,00	-314,45
Dívidos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		93 618,95	185 210,75
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		14 766,24	180 914,91
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 232 287,51	1 051 372,60
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4, 16	1 247 053,75	1 232 287,51

Mesa Administrativa

Contabilista Certificado

Santa Casa da Misericórdia da Guarda

Anexo

31 de dezembro de 2019

Índice

1	Identificação da Entidade.....	4
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	4
2.1	Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL) que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.	5
2.2	Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior:.....	5
3	Principais Políticas Contabilísticas.....	5
3.1	Bases de Apresentação	5
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	7
3.3	Principais pressupostos relativos ao futuro	16
3.4	Principais fontes de incerteza das estimativas	16
3.5	Alterações nas estimativas contabilísticas: indicação do efeito no período corrente e em períodos futuros:.....	16
3.6	Correção de erros de períodos anteriores: indicação da natureza do erro material e dos seus impactos nas demonstrações financeiras do período:.....	16
3.7	Alterações nas políticas contabilísticas: Indicação da natureza e efeitos da alteração na política contabilística e, no caso de aplicação voluntária, das razões pelas quais a aplicação da nova política contabilística proporciona informação fiável e mais relevante...	17
4	Fluxos de Caixa	17
5	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	18
6	Ativos Fixos Tangíveis.....	18
7	Ativos Intangíveis	22
8	Custos de Empréstimos Obtidos	24
9	Agricultura.....	24
10	Inventários	24
11	Rédito	26
12	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	26
13	Subsídios do Governo e apoios do Governo	27
14	Benefícios dos empregados	28
15	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	30

16	Outras Informações.....	30
16.1	Investimentos Financeiros	30
16.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	30
16.3	Clientes e Utentes	31
16.4	Outras contas a receber	31
16.5	Diferimentos	32
16.6	Outros Ativos Financeiros	32
16.7	Caixa e Depósitos Bancários	32
16.8	Fundos Patrimoniais.....	32
16.9	Fornecedores	33
16.10	Estado e Outros Entes Públicos.....	33
16.11	Outras Contas a Pagar.....	34
16.12	Outros Passivos Financeiros.....	34
16.13	Subsídios, doações e legados à exploração	35
16.14	Fornecimentos e serviços externos.....	35
16.15	Outros rendimentos	35
16.16	Outros gastos	35
16.17	Resultados Financeiros.....	36
16.18	Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor	36
16.19	Quantia escriturada de ativos financeiros dados em garantia, penhor ou promessa de penhor e termos e condições relativos à garantia, penhor ou promessa de penhor.....	36
16.20	Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço:.....	37
16.21	Ajustamentos de valor reconhecidos no período para cada natureza de instrumentos financeiros não mensurados ao justo valor.	37
16.22	Dívidas à entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano:	37
16.23	Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano:	37
16.24	Operações contratadas pela entidade com partes relacionadas:	38
17	Acontecimentos após data de Balanço.....	38

1 Identificação da Entidade

A "Santa Casa da Misericórdia da Guarda" com o Número de Identificação Fiscal n.º 500876550, é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de "Associação" com estatutos publicados no Diário da República da Série II, com sede em Rua Dr. Francisco dos Prazeres, n.º 7. Tem como atividade para que possa prosseguir os seguintes objetivos:

- No campo social exerce a sua ação através da prática das catorze obras de Misericórdia, tanto espirituais como corporais, interpretadas à luz da moderna Doutrina Social da Igreja e da cultura da solidariedade e no setor especificamente religioso, sob a invocação de Nossa Senhora da Misericórdia, que é a sua Padroeira, manterá o culto divino nas suas Igrejas e Capelas e exercerá as atividades que constarem no Compromisso e as mais que vierem a ser consideradas convenientes;
- A ação da Santa Casa visa, particularmente, assegurar aos cidadãos, e em especial aos mais desfavorecidos, a proteção na doença, na invalidez, na velhice, na viuvez, na juventude e na infância;
- No campo cultural, preserva, conserva e divulga o seu património monumental, artístico e documental;
- O âmbito da atividade social da Irmandade não se confina apenas ao campo da chamada segurança social e pode abranger, também, outros meios de fazer bem e, designadamente, os setores da saúde e da educação.

Não existem entidade mãe imediata nem entidade mãe final.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2019 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) - Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) - Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL - Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI).

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

2.1 Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL) que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não existiram derrogações às disposições da NCRF-ESNL.

2.2 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior:

Os pressupostos subjacentes, as características qualitativas e os critérios de mensuração adotados a 31-12-2019 são na sua generalidade comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras a 31-12-2018.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF):

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Consistência de apresentação:

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação:

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa:

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e

- Razão para a reclassificação.

3.1.7 Principais fontes de incerteza das estimativas:

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecer nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Instituição no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados, não sendo expectável a alteração significativa deste enquadramento a curto prazo e que possa por em causa a validade das estimativas utilizadas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

Poderão, contudo, ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as "Despesas de investigação" incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	5
Programas de Computador	3
Propriedade industrial	5
Outros Ativos Intangíveis	5

O valor residual de um "Ativo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.2 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	0
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento biológico	0
Equipamento administrativo	6
Outros Activos fixos tangíveis	Entre 5 a 8

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.3 Bens do património histórico e cultural

Os "Bens do património histórico e cultural" encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta "Variações nos fundos patrimoniais"

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verificarem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciáveis. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciáveis, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

Deverá ser encetado um trabalho exaustivo do levantamento do património desta natureza, facto que permitirá o adequado reconhecimento do património nestas condições e que neste momento se encontra considerado em outros ativos fixos tangíveis.

3.2.4 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “Investimentos Financeiros” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse Goodwill está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o Goodwill não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

3.2.5 Agricultura

Ativos biológicos e produto agrícola

Os ativos biológicos e o produto agrícola colhido dos ativos biológicos são valorizados como segue:

- **Ativos biológicos:**
 - No reconhecimento inicial à data do Balanço, pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda. Na impossibilidade de serem valorizados com fiabilidade pelo seu justo valor, os ativos biológicos são valorizados pelo seu custo menos qualquer depreciação acumulada e qualquer perda por imparidade acumulada.
- **Produto agrícola:**
 - Pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda no momento da colheita.
 - Os ganhos ou as perdas provenientes do reconhecimento inicial pelo justo valor menos os custos estimados no ponto de venda, ou de uma alteração de justo valor menos os custos estimados no ponto de venda, são incluídos no resultado líquido do exercício do período em que surja.

Subsídios governamentais relacionados com os ativos biológicos

- **Subsídios não condicionais:**
 - Devem ser reconhecidos como rendimento quando, e somente quando, os subsídios se tornem recebíveis.
- **Subsídios condicionais:**
 - Devem ser reconhecidos como rendimento quando, e somente quando, sejam satisfeitas as condições ligadas ao subsídio; porém, se o subsídio permitir que parte do mesmo seja retida com base na passagem do tempo, a entidade reconhecerá o subsídio como rendimento numa base proporcional ao tempo.

3.2.6 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre

que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custelo dos inventários o custo médio ponderado. Aos Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos Individuais através do uso de identificação específica.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão diretamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.7 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Diretos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.9 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.10 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

"a) As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;

- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2001, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2014 a 2017 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.2.11 Passivos Contingentes e Compromissos Contratuais

Não aplicável.

3.2.12 Número de Pessoas Cooperantes, Número de Voluntários e de Beneficiários

A Santa Casa da Misericórdia da Guarda tem 497 Irmãos e 622 utentes em média no ano de 2019 distribuídos da seguinte forma:

Valências	N.º médio de Utentes
PEA - Programa de Emergência Alimentar	6
Centro de Dia da Guarda	20
Centro Dia da Guarda-Gare	12
Lar na Guarda	63
Lar na Vela	99
CATL - Centro de Atividades e Tempos Livres	28
Creche	30
Jardim	31
Conservatório de música São José da Guarda	296
Unidade de Cuidados Continuados	37
Média Total	622

Os Órgãos Sociais da Santa Casa da Misericórdia da Guarda são constituídos pela Mesa da Assembleia Geral com 6 membros, pela Mesa Administrativa com 10 membros e pelo Conselho Fiscal com 6 membros.

3.3 Principais pressupostos relativos ao futuro

A política económica da Santa Casa da Misericórdia da Guarda pretende manter quer a continuidade das operações bem como a manutenção das políticas e procedimentos existentes.

3.4 Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas foram elaboradas com a melhor e mais recente informação disponível para o órgão de gestão, podendo vir a ser objeto de ajustamento em função de informação mais recente e mais fidedigna à data dos acontecimentos.

3.5 Alterações nas estimativas contabilísticas: indicação do efeito no período corrente e em períodos futuros:

Não aplicável;

3.6 Correção de erros de períodos anteriores: indicação da natureza do erro material e dos seus impactos nas demonstrações financeiras do período:

Os movimentos ocorridos em Resultados Transitados reportam à aprovação de contas de 2018 (obtenção de um lucro de 67.762,42 Euros) e registo de factos patrimoniais de anos anteriores,

considerados como um erro, no valor de 307.346,76 Euros (efeito agregado) não contabilizadas nos respetivos exercícios, a seguir discriminadas:

- Acertos dos ativos fixos tangíveis e intangíveis no valor de 309.479,72 euros. Esta situação resultou das correções das diferenças existentes entre a aplicação de contabilidade e aplicação de património (WinCTB e WinIMB) de modo a tornar a informação entre as duas aplicações consistente.
- O valor de 10.000,00 euros referente a um subsídio do Município da Guarda referente ao ano de 2018;
- O valor de 396,05 euros referente ao acerto do subsídio de turno regularizado em 2019; e
- O valor de 8.263,12 euros de acertos de subsídios atribuídos a favor da segurança social referente ao ano de 2018.

Os gastos relativos a exercícios anteriores foram admitidos como sendo materiais, logo registados em resultados transitados conforme resulta da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para o Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL), ponto 6.9 (aviso 6726-B/2011 de 14 de março).

3.7 Alterações nas políticas contabilísticas: indicação da natureza e efeitos da alteração na política contabilística e, no caso de aplicação voluntária, das razões pelas quais a aplicação da nova política contabilística proporciona informação fiável e mais relevante.

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

4 Fluxos de Caixa

O saldo da conta 1210 - Banco Português de Investimento, com o saldo de 11 567,39 euros, refere-se a valores de um utente à guarda da Instituição e que são utilizados para pagamento das mensalidades da utente, uma vez que o saldo resulta de depósitos da mesma. Em caso de falecimento do utente este montante será doado à instituição, sendo que, neste momento é utilizado para pagamento de mensalidades.

Descrição	2019	2018
Caixa	1 668,51	1 628,21
Caixa Administração	73,30	75,00
Caixa - Conservatório	0,00	0,00

Caixa - Creche e Jardim de Infancia	100,71	40,40
Fundo de Caixa - Sede	0,00	11,62
Caixa - Farmacia	1 494,50	1 501,19
Depósitos a Ordem	57 385,24	129 159,30
Depósito a Prazo	1 188 000,00	1 101 500,00

5 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Os erros identificados no período foram considerados na rubrica de resultados transitados conforme disposto na norma aplicável. Os principais factos identificados estão relacionados com erros ao nível das contas correntes que foram corrigidos no presente exercício e que traduzem situações verificadas em períodos anteriores.

Não se verificaram alterações em estimativas contabilísticas.

6 Ativos Fixos Tangíveis

Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta:

Os ativos fixos tangíveis encontram-se mensurados pelo seu custo, o qual compreende o seu preço de compra e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar os ativos na localização e condição necessárias para os mesmos serem capazes de funcionar da forma pretendida.

Métodos de depreciação usados:

As depreciações foram calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, tendo-se aplicado as taxas máximas e mínimas legalmente em vigor, tal como referenciado na nota 3.1 a.2).

Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas:

Tal como em exercícios anteriores, foi considerado pelo Conselho de Administração que a vida útil dos ativos fixos tangíveis resultantes da aplicação das taxas máximas e mínimas indicadas, para os bens adquiridos até a entrada em vigor da (NCRF-ESNL - publicada pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011), aplicam-se as taxas definidas pelo (POCIPSS - aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47/77, de 7 de Fevereiro), a todos os adquiridos após a entrada em vigor deste diploma aplica-se (Decreto-Regulamentar 25/2009 de 14 de setembro), reflete o período durante o qual a empresa espera que os diferentes grupos de ativos estejam disponíveis para uso. As vidas úteis e taxas de depreciação utilizadas constam de 3.1 a.2).

Bens do património histórico, artístico e cultural

No período de 2018, ocorreram os seguintes movimentos nos "Bens do património, histórico, artístico e cultural":

Descrição	2018					
	Saldo Inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo	0,00					0,00
Bens Imóveis	0,00					0,00
Arquivos	0,00					0,00
Bibliotecas	0,00					0,00
Museus	0,00					0,00
Bens móveis	0,00					0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição	2018			
	Saldo Inicial	Abates	Diminuições	Saldo final
Custo				
Bens Imóveis				
Arquivos				
Bibliotecas				
Museus				
Bens móveis				
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

No período de 2019, ocorreram os seguintes movimentos nos "Bens do patrimônio, histórico, artístico e cultural":

Descrição	2019					
	Saldo Inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo	0,00					0,00
Bens Imóveis	0,00					0,00
Arquivos	0,00					0,00
Bibliotecas	0,00					0,00
Museus	0,00					0,00
Bens móveis	0,00					0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição	2019			
	Saldo Inicial	Abates	Diminuições	Saldo final
Custo				
Bens Imóveis				
Arquivos				
Bibliotecas				
Museus				
Bens móveis				
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2018 e de 2019, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2018					
	Saldo Inicial	Aquisições / Dotações	Abates/Alienações	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	2 578,39			0,00		2 578,39

Edifícios e outras construções	5 177 497,40	0,00		0,00	5 177 497,40
Equipamento básico	1 095 395,77	35 808,24			1 131 204,01
Equipamento de transporte	216 538,56				216 538,56
Equipamento biológico	0,00				0,00
Equipamento administrativo	377 778,25	17 070,62			394 848,87
Outros Ativos fixos tangíveis	34 239,23				34 239,23
Total	6 904 027,60	52 878,86	0,00	0,00	6 956 906,46
Depreciações acumuladas					
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00			0,00
Edifícios e outras construções	1 648 576,97	103 216,76		809,05	1 752 602,78
Equipamento básico	935 708,13	11 760,40		1 219,02	948 687,55
Equipamento de transporte	216 538,56	0,00			216 538,56
Equipamento biológico	0,00	0,00			0,00
Equipamento administrativo	219 249,48	11 001,29		-5 019,49	225 231,28
Outros Ativos fixos tangíveis	18 958,45	120,00		2 991,42	22 069,87
Total	3 039 031,59	126 098,45	0,00	0,00	3 165 130,04

No 2018 relativamente a perdas de imparidade registaram-se os seguintes movimentos no quadro que se segue:

Descrição	2018			
	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Custo				
Terrenos e recursos naturais	0,00			0,00
Edifícios e outras construções	0,00			0,00
Equipamento básico	0,00			0,00
Equipamento de transporte	0,00			0,00
Equipamento biológico	0,00			0,00
Equipamento administrativo	0,00			0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00			0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição	2019					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates/Alienacões	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	2 578,39	0,00				2 578,39
Edifícios e outras construções	5 177 497,40	17 876,67		141 016,36		5 336 390,43
Equipamento básico	1 131 204,01	47 598,65	-11 886,98	-227 860,97		939 054,71
Equipamento de transporte	216 538,56	193 714,09				410 252,65
Equipamento biológico	0,00	0,00				0,00
Equipamento administrativo	394 848,87	0,00	-23 025,66	-65 917,10		305 906,11
Outros Ativos fixos tangíveis	34 239,23	0,00		-17 745,20		16 494,03
Total	6 956 906,46	259 189,41	-34 912,64	-170 506,91	0,00	7 010 676,32
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00				0,00
Edifícios e outras construções	1 752 602,78	100 950,15		188 641,17		2 042 194,10
Equipamento básico	948 687,55	17 950,46	-11 886,98	-133 123,46		821 627,57
Equipamento de transporte	216 538,56	4 202,60				220 741,16
Equipamento biológico	0,00	0,00				0,00
Equipamento administrativo	225 231,28	4 356,06	-23 025,66	95 025,82		301 587,50
Outros Ativos fixos tangíveis	22 069,87	801,87		-8 539,60		14 332,14
Total	3 165 130,04	128 261,14	-34 912,64	142 003,93	0,00	3 400 482,47

No 2019 relativamente a perdas de imparidade registaram-se os seguintes movimentos no quadro que se segue:

2019	

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Custo				
Terrenos e recursos naturais	0,00			0,00
Edifícios e outras construções	0,00			0,00
Equipamento básico	0,00			0,00
Equipamento de transporte	0,00			0,00
Equipamento biológico	0,00			0,00
Equipamento administrativo	0,00			0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00			0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

Importa referir, que em relação aos bens do património histórico, artístico e cultural, a conta “455 – Adiantamentos” regista em saldo de 1.208,21 €, sendo já proveniente de anos anteriores.

Propriedades de Investimento

No que concerne às “Propriedades de Investimento” os movimentos ocorridos, nos períodos de 2018 e 2019, foram os seguintes:

Descrição	2018					
	Saldo Inicial	Aquisições	Alienações	Transferências	Variação do Justo Valor	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais	0,00			0,00		0,00
Edifícios e outras construções	0,00			0,00		0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depreciações Acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00				0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição	2019					
	Saldo Inicial	Aquisições	Alienações	Transferências	Variação do Justo Valor	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	0,00					0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depreciações Acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00				0,00

Em 2016 por alteração ao normativo contabilístico (NCRF-ESNL - pelo Decreto-lei n.º 98/2015), que deixou de prever a existência de propriedades de investimento, procedeu-se a sua transferência para ativos fixos tangíveis.

Não existem restrições de titularidade a ativos fixos tangíveis que sejam dados como garantia de passivos.

Não há compromissos contratuais de ativos fixos tangíveis.

Se os itens do ativo fixo tangível forem expressos por quantias revalorizadas, deve ser divulgado o seguinte:

- A data de eficácia da revalorização;
 - Não aplicável.
- Os métodos e pressupostos aplicados nessa revalorização;
 - Não aplicável.
- Movimentos ocorridos no excedente de revalorização durante o período, com uma explicação do tratamento fiscal dos elementos neles contidos; e
 - Não aplicável.
- A quantia escriturada no balanço que teria sido reconhecida se os ativos fixos tangíveis não tivessem sido revalorizados:
 - Não aplicável.

Não há restrições sobre ativos, nem qualquer garantia ou compromisso constituídos com os ativos fixos tangíveis da Instituição.

Não há ativos expressos por quantias revalorizadas.

7 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2018 e de 2019, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Saldo inicial	2018				Saldo final
		Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	5 234,10	0,00				5 234,10
Propriedade Industrial	20 820,75					20 820,75
Outros Ativos Intangíveis	-0,01		0,01			0,00
Total	26 054,85	0,00	0,01	0,00	0,00	26 054,85
Depreciações acumuladas						
Goodwill	6 580,00					6 580,00
Projetos de	0,00					0,00

Desenvolvimento						
Programas de Computador	5 764,84	211,70				5 976,54
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	12 344,84	211,70	0,00	0,00	0,00	12 556,54

No 2018 relativamente a perdas de imparidade registaram-se os seguintes movimentos no quadro que se segue:

Descrição	2018			
	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Perdas por Imparidade Acumuladas				
Goodwill	0,00			0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00			0,00
Programas de Computador	0,00			0,00
Propriedade Industrial	0,00			0,00
Outros Ativos Intangíveis	0,00			0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição	2019					
	Saldo Inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	5 234,10		-623,50	22 804,01		27 414,61
Propriedade Industrial	20 820,75			-868,83		19 951,92
Outros Ativos Intangíveis	0,00	0,00				0,00
Total	26 054,85	0,00	-623,50	21 935,18	0,00	47 366,53
Depreciações acumuladas						
Goodwill	6 580,00		-6 580,00			0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	5 976,54	130,88	-623,50	21 874,37		27 358,29
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos Intangíveis	0,00					0,00
Total	5 976,54	130,88	-7 203,50	21 874,37	0,00	27 358,29

No 2019 relativamente a perdas de imparidade registaram-se os seguintes movimentos no quadro que se segue:

Descrição	2019			
	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Perdas por Imparidade Acumuladas				
Goodwill	0,00			0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00			0,00
Programas de Computador	0,00			0,00
Propriedade Industrial	0,00			0,00
Outros Ativos Intangíveis	0,00			0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

- Se as vidas úteis são indefinidas ou finitas, os métodos e as correspondentes taxas de amortização usadas, bem como as razões que apoiam a avaliação de uma vida útil indefinida;
 - Os ativos intangíveis registados pela Instituição correspondem a aquisições ao exterior e são satisfeitos por programas de computador e licenças de utilização das instalações. Pelo efeito, todos os ativos apresentam vidas úteis definidas, sendo a sua amortização calculada com base nos critérios fiscais em vigor, para os bens adquiridos até a entrada em vigor da (NCRF-ESNL - publicada pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011), aplicam-se as taxas definidas pelo (POCIPSS - aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47/77, de 7 de Fevereiro), a todos os adquiridos após a entrada em vigor deste diploma aplica-se (Decreto-Regulamentar 25/2009 de 14 de setembro).
- Explicação das situações excecionais em que se justifique a não utilização do prazo máximo de 10 anos para a amortização dos ativos intangíveis com vidas úteis indefinidas; e
 - Não aplicável.

Não há restrições sobre ativos, nem qualquer garantia ou compromisso constituídos com os ativos fixos tangíveis da Instituição.

8 Custos de Empréstimos Obtidos

Não aplicável.

9 Agricultura

Não aplicável.

10 Inventários

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2018				2019		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	58 925,37	572 063,72	-808,86	53 806,14	556 864,32	0,00	54 892,06
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	50 109,19	419 099,84	-65,20	40 253,68	425 959,94	0,00	39 077,19
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00

Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Ativos biológicos	0,00	330,07	0,00	0,00	177,50	0,00	0,00
Total	109 034,56	991 493,63	-874,06	94 059,82	983 001,76	0,00	93 969,25
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				1 005 594,31			983 092,33
Mercadorias				576 374,09			555 778,40
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo				428 890,15			427 136,43
Ativo biológicos				330,07			177,50
Variações nos Inventários da produção				0,00			0,00

De referir que os valores da rubrica "Matérias-primas, subsidiárias e de consumo" se desdobram da seguinte forma:

Rubricas	2019	2018
Matérias-primas		
Gêneros Alimentares	11 948,56	10 861,28
Matérias Subsidiárias		
Material Clínico	6 230,53	13 180,85
Material Hoteleiro	10 715,31	7 375,51
Materials de Consumo - Medicamentos	10 182,79	8 836,04
Embalagens	0,00	0,00
Matérias em Transito	0,00	0,00
Total	39 077,19	40 253,68

No período não foi registado um ajustamento de inventários reconhecido como um gasto do período e não existe nenhuma importância desta natureza reconhecida.

Não existem inventários dados como penhor de garantia a passivos.

Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada:

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo e os produtos acabados encontram-se valorizadas ao preço de custo, o qual é inferior ao valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento.

O sistema de custeio utilizado para a valorizar os inventários das mercadorias e das matérias-primas, subsidiárias e de consumo a 31-12-2019 é o custo médio ponderado.

Quantia de qualquer ajustamento de inventários reconhecida como um gasto do período, bem como de qualquer reversão de ajustamento que tenha sido reconhecida como uma redução na quantia de inventários reconhecida como gasto do período e circunstâncias ou acontecimentos que conduziram a tal reversão.

Não existiu qualquer ajustamento aos inventários do período. Nem foram registadas quaisquer perdas por imparidade no período que reporta ao período de 31-12-2019.

11 Rédito

O rédito e restantes rendimentos são reconhecidos no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu recebimento. O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando a Instituição transfere para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens e quando for provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a entidade. No que se refere à prestação de serviços, o reconhecimento do rédito ocorre pelo processamento das mensalidades que se referem aos serviços prestados a utentes. Porém, quando surja uma incerteza acerca da cobrabilidade de uma quantia já incluída no rédito, a quantia incobrável, ou a quantia com respeito à qual a recuperação tenha cessado, é reconhecida como um gasto, e não como um ajustamento da quantia de rédito originalmente reconhecido.

Para os períodos de 2019 e 2018 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2019	2018
Vendas	705 473,73	726 821,81
Prestação de Serviços	1 324 176,41	1 287 169,88
Quotas de utilizadores	1 302 281,71	1 261 036,58
Quotas e jolas	9 414,00	9 673,50
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Serviços Secundários	12 480,70	16 459,80
Subsídios, doações e legados à exploração	2 133 468,65	2 105 688,16
Outros Rendimentos	170 734,34	141 928,16
Juros	3 658,27	2 591,13
Royalties	0,00	0,00
Dívidendos	0,00	0,00
Total	4 337 511,40	4 264 199,14

Quantia e natureza de elementos isolados de rendimentos ou dos gastos cuja dimensão ou incidência sejam excecionais.

Não aplicável.

12 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

Nos períodos de 2018 e 2019, ocorreram as seguintes variações relativas a provisões:

Descrição	2018	Aumentos	Diminuições	2019
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias a clientes	0,00	0,00	0,00	0,00
Processos judiciais em curso	1 000,00	10 959,30	0,00	11 959,30
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos onerosos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões específicas do setor	0,00	0,00	0,00	0,00

Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	1 000,00	10 959,30	0,00	11 959,30

As quantias reconhecidas como provisão quando relevadas, representam a melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar as obrigações presentes à data do Balanço. Não existem situações que alterem materialmente o valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação.

O valor da provisão registado corresponde a uma estimativa de possível dispêndio associado a um litígio com um ex-trabalhador.

Passivos contingentes

Não aplicável.

Ativos contingentes

Não aplicável.

Fundos permanentes por modalidade associativas Mutualidades e do patrimonio líquido

Não aplicável.

13 Subsídios do Governo e apoios do Governo

Os subsídios ao investimento do Governo encontram-se apresentados no balanço como componente do capital próprio, sendo imputados aos rendimentos do exercício na proporção das amortizações efetuadas, em cada período, conforme mapa anexo.

A 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2018			
	Saldo Inicial	Aumentos	Utilização	Saldo Final
Subsídios do Governo				
POEFDS - Saude XXI	224 591,70		-5 686,47	218 905,23
IFADAP - Pro Raia	2 473,25		-1 955,59	517,66
Fundo de Socorro Social	94 326,82		-1 941,55	92 385,27
Total	321 391,77	0,00	-9 583,61	311 808,16
Apoios do Governo				
Total	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros				
Total	0,00			0,00

Total	321 391,77	0,00	-9 583,61	311 808,16
-------	------------	------	-----------	------------

Descrição	2019			
	Saldo Inicial	Aumentos	Utilização	Saldo Final
Subsídios do Governo				
POEFDS - Saúde XXI	218 905,23		-5 686,47	213 218,76
IFADAP - Pro Raia	517,66		-487,71	29,95
Fundo de Socorro Social	92 385,27		-1 941,55	90 443,72
Total	311 808,16	0,00	-8 115,73	303 692,43
Apoios do Governo				
Total	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros				
Fundação Monteplo Geral	0,00	30 156,89	-4 314,15	25 842,74
Total	0,00	30 156,89	-4 314,15	25 842,74
Total	311 808,16	30 156,89	-12 429,88	329 535,17

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2019, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Utilização	Saldo Final
Doações				
Phillips Portuguesa	448,92			448,92
Carlota Zulmira Vitorino	2 225,36			2 225,36
CRSS Centro	2 819,02			2 819,02
José F. Martins	22 466,47			22 466,47
Adriano Vasco Rodrigues	19 951,92			19 951,92
Grupo Vitalino, SA	339,00			339,00
Maria Jose Almeida Flor de Carvalho	179 630,24	0,00		179 630,24
Outros	1 213,98			1 213,98
Total	229 094,91	0,00	0,00	229 094,91

No exercício de 2019 foram doados a esta instituição um valor total de 4 882,91 Euros, donativos esses que foram atribuídos em:

Descrição	2019	2018
Donativos		
Donativos por Obrigação Judicial	0,00	0,00
Em numerário	4 333,51	3 500,00
Em espécie	549,40	2 394,96
Total	4 882,91	5 894,96

Benefícios sem valor atribuído, materialmente relevantes, obtidos de terceiras entidades.

Não aplicável

14 Benefícios dos empregados

Os benefícios dos empregados de curto prazo incluem os salários, ordenado, eventuais retribuições por trabalho extraordinário, subsídio de férias, subsídio de natal e abonos para

falhas. Encontram-se ainda incluídas as quotizações para a Segurança Social e o seguro de acidentes de trabalho.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas nos gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue pelo seu pagamento.

Tendo por base a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, uma vez que este é coincidente com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo pago durante o período seguinte, pelo que os correspondentes gastos encontram-se reconhecidos como um benefício de curto prazo.

A eventual existência de rescisões de contratos de trabalho por decisão da Instituição ou por mútuo acordo, são reconhecidas como gastos do período em que ocorrem.

Os membros da Mesa Administrativa da Entidade não auferem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2019 foi de 182 e em 31/12/2018 foi de 185.

Não existem compromissos em matéria de pensões ou análogos.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2019	2018
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	1 980 805,74	1 976 477,45
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	6 095,69	2 627,82
Encargos sobre as Remunerações	423 610,79	415 016,07
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	19 408,17	23 183,64
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	2 068,15	7 585,70
Total	2 431 988,54	2 424 890,68

Compromissos existentes em matéria de pensões.

Não aplicável

Membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão:

- Quantias dos adiantamentos e dos créditos concedidos, taxas de juro, principais condições e quantias reembolsadas, amortizadas ou objeto de renúncia;

- Não aplicável.
- Compromissos assumidos em seu nome a título de garantias de qualquer natureza, e quantia global para cada categoria; e
 - Não aplicável.
- Remunerações dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão.
 - Não aplicável.

15 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

16 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

16.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2019 e 2018, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros", registados de acordo com o Método da Equivalência Patrimonial ou ao custo:

Descrição	2019	2018
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	54 980,84
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	32 880,84
Outros Métodos	0,00	0,00
Empréstimos Concedidos	0,00	22 100,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	175 277,47	175 277,47
Outros investimentos financeiros	11 016,50	5 741,32
Perdas por Imparidade Acumuladas	-163 810,46	-163 810,46
Total	22 483,51	72 189,17

16.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de dezembro de 2019 e 2018, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2019	2018
-----------	------	------

Ativo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Doadores - em curso	0,00	2 009,82
Patrocinadores	0,00	0,00
Quotas	47 156,00	44 832,50
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Perdas por imparidade	-24 562,50	-24 580,50
Total	22 593,50	22 261,82
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Resultados disponíveis	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

16.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2019 e 2018 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte for:

Os ativos financeiros da empresa, constituídos por dívidas de clientes e outras contas a receber estão mensurados ao custo menos qualquer perda de imparidade acumulada.

Descrição	2019	2018
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	22 198,15	122 106,04
Utentes	35 999,99	40 420,85
Total	58 198,14	162 526,89
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes factoring		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes	872,90	872,90
Utentes	66 624,71	61 926,20
Total	125 695,75	225 325,99

Nos períodos de 2019 e 2018 foram registadas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

Saldo Final	2018			2019		
	Saldo Inicial	Reforço/diminuição	Saldo Final	Reforço/diminuição	Saldo Final	
Clientes	872,90	0,00	872,90	0,00	872,90	
Utentes	61 385,65	-332,35	61 053,30	6 350,89	67 404,19	
Total	62 258,55	-332,35	61 926,20	6 350,89	68 277,09	

16.4 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a seguinte decomposição, registadas ao custo:

Descrição	2019	2018
Remunerações a pagar ao pessoal	1 118,07	2 734,81
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Fornecedores c/c	672,19	10 559,02

Adiantamentos a Fornecedores c/c	1 794,28	1 794,28
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	2 541,99
Devedores por acréscimos de rendimentos	24 512,37	724,63
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	622 167,21	542 874,94
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	650 264,12	561 229,67

Os valores constantes "Remunerações a pagar o pessoal" a 31/12/2019 no valor de 1 118,07 euros, refere-se a valores a devolver pelos funcionários.

Relativamente ao valor de "outros devedores" as principais entidades devedoras são as seguintes:

Entidade	2019	2018
Administração Regional de Saúde do Centro	389 004,93	317 699,28
DREC/DGESTE	179 580,00	179 580,00
IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional	10 766,05	11 683,30
Centro distrital de Segurança Social	16 277,20	8 169,07
Outras entidades	26 539,03	25 743,29
Total	622 167,21	542 874,94

16.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2019	2018
Gastos a Reconhecer		
Seguros		
Outros	4 525,60	3 971,76
Total	4 525,60	3 971,76
Rendimentos a Reconhecer		
Rendas	300,00	600,00
Subsídios ao Investimento	241 120,00	239 452,75
Outros (Subsídios à Exploração)	4 609,11	9 831,99
Total	246 029,11	249 884,74

16.6 Outros Ativos Financeiros

Não aplicável.

16.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2019 e 2018, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2019	2018
Caixa	1 668,51	1 628,21
Depósitos à ordem	57 385,24	129 159,30
Depósitos a prazo	1 188 000,00	1 101 500,00
Outros		
Total	1 247 053,75	1 232 287,51

16.8 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	5 290 114,00	0,00	0,00	5 290 114,00
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	-926 194,97	204 641,76	-444 226,13	-1 165 779,34
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos em ativos financeiros - MEP	4 559,63	0,00	0,00	4 559,63
Lucros não atribuídos	4 559,63	0,00	0,00	4 559,63
Outras variações nos fundos patrimoniais	540 903,07	30 156,89	-12 429,88	558 630,08
Total	4 909 381,73	234 798,65	-456 656,01	4 687 524,37

Nos Resultados Transitados, as alterações no valor de 239 584,37 Euros justificam-se da seguinte forma:

Descrição	Valor
Transferência do Resultado Líquido Ano anterior	67 762,42
Outras variações de resultados transitados	-307 346,79
Total	-239 584,37

O valor da rubrica "Outras variações de Resultados transitados, o valor de diminuição de resultados transitados em 307 346,79 euros deve-se ao ajustamentos dos ativos fixos tangíveis e intangíveis efetuado no início de 2019 para refletir a real situação com o património existentes perfazendo o valor desses ajustamento em 309 479,72 euros, o restante valor 2 132,93 euros a um subsídio de 10 000,00 euros da camara municipal do ano de 2018, o valor de 396,05 euros referente ao acerto do subsídio de turno regularizado em 2019 e o valor de 8 263,12 euros de acertos de subsídios atribuídos a favor da segurança social referente ao ano de 2018.

16.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Fornecedores c/c	196 666,64	207 895,70
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	196 666,64	207 895,70

16.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	7 139,65	7 139,65
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	32 068,33

Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	0,00	204,00
Outros Impostos e Taxas	0,00	2 159,32
Total	7 139,65	41 571,30
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	3 251,57	5 040,62
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	21 697,53	26 255,89
Segurança Social	75 243,25	78 564,32
Caixa Geral de Aposentações	3 970,85	4 749,68
Outros Impostos e Taxas	374,06	0,00
Total	104 537,26	114 610,51

16.11 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2019		2018	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		4 591,21		214,92
Cauções	0,00		0,00	
Outras operações		0,00		0,00
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Clientes e Utentes c/c		2 349,68		4 602,96
Adiantamentos de Clientes e Utentes		35,50		593,04
Fornecedores de Investimentos		47 429,44		48 974,51
Credores por acréscimo de gastos		360 621,47		475 733,65
Outros credores		90 853,71		34 323,51
Total	0,00	505 881,01	0,00	564 442,59

O saldo da conta remunerações a pagar resulta de quantias que efetivamente eram devidos aos funcionários a regularizar em 2020.

O saldo da conta Fornecedores de Investimentos de 47 429,44 euros subdivide-se em:

Fornecedor	2019	2018	Observações
Chupas e Morrão, SA	43 102,52	43 102,52	
GEF Informatica	0,00	492,00	
Clibinte, Lda	0,00	916,35	
Ortoegi, Lda	824,50	0,00	
Manuel J. A. Gomes - Estruturas Metálicas, Lda	2 747,20	2 747,20	
SASTI, Lda	515,37	873,30	
Traçoinox	0,00	580,94	
Galbilec	0,00	0,00	
Isidro Pires da Silva, Lda	0,00	0,00	
Climacolda2018, Lda	0,00	-2 541,99	
Soinca	0,00	262,20	
Gameiros Material Clínico	239,85	0,00	
Total	47 429,44	46 432,52	

16.12 Outros Passivos Financeiros

Não aplicável.

16.13 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2019 e 2018, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2019	2018
Subsídios do Estado e outros entes públicos	2 132 919,25	2 099 793,20
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
Doações e heranças	549,40	5 894,96
Legados	0,00	0,00
Total	2 133 468,65	2 105 688,16

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 14.

16.14 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, foi a seguinte:

Descrição	2019	2018
Subcontratos	0,00	5 106,75
Serviços especializados	205 716,80	182 899,30
Materiais	23 127,83	16 093,36
Energia e fluidos	292 877,93	301 556,44
Deslocações, estadas e transportes	8 164,95	5 630,88
Serviços diversos	69 929,96	66 407,65
Encargos de Saúde com os utentes	7 039,00	27 376,38
Publicações	0,00	5 798,20
Total	606 856,47	610 868,96

16.15 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Rendimentos Suplementares	23 523,27	17 337,14
Descontos de pronto pagamento obtidos	22 297,46	17 838,94
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	4 070,48
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	1 845,33	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	94 450,29	91 271,95
Outros rendimentos	28 617,99	11 409,65
Total	170 734,34	141 928,16

16.16 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Impostos	1 870,09	917,35
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	6 169,90	0,00
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	19 880,84	0,00

Gastos nos restantes investimentos financeiros	107,19	0,00
Gastos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos	61 849,81	23 389,62
Gastos com apoios financeiros concedidos a associados ou utentes	2 3274,67	0,00
Total	92 205,50	24 306,97

16.17 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2019 e 2018 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2019	2018
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	7,54	314,45
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	7,54	314,45
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	3 658,27	2 591,13
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	3 658,27	2 591,13
Resultados Financeiros	3 650,73	2 276,68

16.18 Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor

- Cotação de mercado (instrumentos negociados em mercado líquido e regulamentado);
 - Não aplicável.
- Principais pressupostos subjacentes aos modelos e técnicas de avaliação geralmente aceites, utilizados para a mensuração dos instrumentos financeiros relativamente aos quais não é facilmente identificável um mercado líquido e regulamentado;
 - Não aplicável.
- Justo valor, alterações no justo valor inscritas diretamente na demonstração de resultados e alterações de justo valor inscritas no capital próprio, para cada categoria de instrumentos financeiros; e
 - Não aplicável.
- Volume e natureza de cada categoria de instrumentos financeiros derivados, principais modalidades, e condições que possam afetar o montante, o calendário e o grau de certeza dos fluxos de caixa futuros.
 - Não aplicável.

16.19 Quantia escriturada de ativos financeiros dados em garantia, penhor ou promessa de penhor e termos e condições relativos à garantia, penhor ou promessa de penhor.

Não aplicável.

16.20 Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço:

- Quantia das dívidas com duração residual superior a cinco anos; e
 - Não aplicável.
- Quantia de todas as dívidas cobertas por garantias reais prestadas pela entidade, e indicação da natureza e da forma dessas garantias.
 - Não aplicável.

16.21 Ajustamentos de valor reconhecidos no período para cada natureza de instrumentos financeiros não mensurados ao justo valor.

Não aplicável;

16.22 Dívidas à entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano:

- Créditos resultantes de vendas e de prestações de serviços;
 - Não aplicável;
- Créditos sobre entidades subsidiárias e associadas;
 - Não aplicável;
- Outros créditos;
 - Não aplicável;
- Capital subscrito e não realizado;
 - Não aplicável;
- Diferimentos.
 - Não aplicável;

16.23 Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano:

- Empréstimos por obrigações;
 - Não aplicável;
- Dívidas a instituições de crédito;
 - Não aplicável;
- Adiantamentos recebidos sobre encomendas;
 - Não aplicável;

fundadores/patrocinadores/ doadores/associados/membros e com membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão da entidade).

- Não aplicável.

17 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2019.

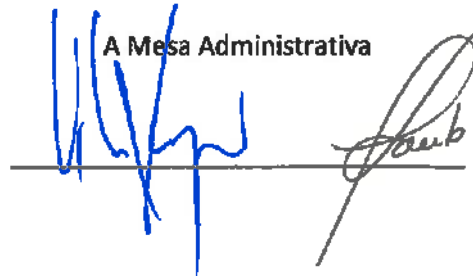
Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Guarda, 1 de julho de 2020

O Contabilista Certificado



A Mesa Administrativa



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com Reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Santa Casa da Misericórdia da Guarda** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 5.924.546,14 euros e um total de fundos patrimoniais de 4.765.853,87 euros, incluindo um resultado líquido de 78.329,50 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria descrita na secção Bases para a Opinião com Reservas, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a Opinião com Reservas

Os edifícios e outras construções encontram-se registados no património da Instituição que se encontra refletido, no seu Balanço, ao nível dos ativos não correntes na rubrica de "Ativos fixos tangíveis" pelo montante de 3.294.196,33 €. Nos termos do parágrafo 58 da Norma Contabilística e de Relato Financeiro 7 (NCRF 7), aplicada de forma supletiva à Norma Contabilística e de Relato Financeiro do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL), consta que "*os terrenos e edifícios são ativos separáveis e são contabilizados separadamente*", sendo que "*os terrenos têm uma vida útil ilimitada pelo que não são deprecitados*". No exercício, testámos os investimentos ocorridos, procedemos à sua verificação física, testámos as depreciações e amortizações praticadas e efetuámos a análise dos elementos constantes do cadastro de ativos fixos tangíveis e comparámos com os registos na aplicação da contabilidade, situação que, em relação à rubrica acima identificada, não permitiu aferir pela segregação dos terrenos do valor dos edifícios, assim como, não se encontra concluída a conciliação integral entre a informação contabilística, cadastro patrimonial, Autoridade Tributária e Conservatória do Registo Predial. Consequentemente, considerando que não foi possível obter elementos adicionais que permitissem valorizar as omissões identificadas, não foi possível concluir quanto ao adequado registo dos ativos acima referidos, pelo que, não pudemos determinar se seriam

necessários ajustamentos à rubrica de Edifícios e outras construções e consequentes alterações nos valores relatados no balanço e demonstração de resultados.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com Reservas.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma

distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.


RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Viseu, 2 de julho de 2020

O Revisor Oficial de Contas


Fonseca, Paiva, Carvalho & Associado, SROC, Lda. n.º 282, CMVM n.º 20161575
Representada por José Manuel Pina Paiva, ROC n.º 1539, CMVM n.º 20161149

RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA GUARDA, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2019, (que evidencia um total de 5.924.546 Euros e um total de capital próprio de 4.765.853 Euros, incluindo um resultado líquido positivo de 78.329 Euros), a Demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Mesa Administrativa a preparação das demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Santa Casa e o resultado das suas operações, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com algumas Normas Técnicas de modo a obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Mesa Administrativa utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e a apreciação sobre se é adequada; em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

6. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA GUARDA, em 31 de dezembro de 2019, e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

Guarda, 10 de março de 2020

O Conselho Fiscal,

